



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DE REUNIÃO 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às dezesseis horas, através de videoconferência (meet.google.com/juf-nfhu-ffv) reuniu-se o Conselho de Alimentação Escolar do Estado de Minas Gerais (CAE-MG) com a presença dos seguintes conselheiros: Célia de Lima Carvalho, Múcio Alberto Cordeiro, Neuzete Fátima Lima e Maria Helena Gabriel (representantes do Sindicato Único dos Trabalhadores/Sind-UTE/MG); Luciana Caldeira de Paula Ricardo e Ana Paula do Couto Oliveira Alves (representantes do Conselho Regional de Nutrição da 9ª Região-CRN9); Tânia Aparecida da Silva Oliveira (representante da Sociedade Civil- N'Golo); Tatiane Guimarães Perri Maciel e Thaís Ferreira Alencar Freitas (representante Executivo Secretaria de Estado de Educação- SEE/MG); Flávia Cristina Fernandes de Araújo (representante Colegiado EE Pedro II); Ercivane Aparecida Silva Brito (representante Colegiado EE Prof. Leon Renault); Marco Antonio David de Melo (representante Colegiado EE Caetano Azeredo); Como convidados: Beatriz Nere (Diretoria de Prestação de Contas da SEE); Fábio Proença (representante DIEESE,-SIND-UTE) Ausências Justificadas: Maria Nazaré dos Santos, Manoel Rosalvo Pereira, Umbelina da Conceição Rodrigues Paulo Gustavo Grossi (representantes do Sindicato Único dos Trabalhadores/Sind-UTE/MG) e Josiane Maria Pascoal de Moura (representante da Sociedade Civil- N'Golo); Pauta prevista: 1) Convite Participação de Discussão PPAG; 2) Levantamento de Problemas. A Presidente Célia de Lima Carvalho (representante do Sindicato Único dos Trabalhadores/Sind-UTE/MG) inicia cumprimentando e agradecendo a presença de todos, verifica existência de quórum, e inicia falando sobre o Convite recebido da Assembleia Legislativa, o qual convida aos conselheiros para participar da discussão do PPAG, pergunta o que os Conselheiros acham sobre o convite recebido da Assembleia. Relata sobre as questões que serão abordadas nesse Encontro, que será realizado no dia 23/09/2020. Fala sobre as 5 (cinco) questões: **1**) Na área de atuação do seu conselho ou entidade, que problemas têm sido agravados neste último ano? Liste cinco problemas. Os conselheiros falam que há falta de compromisso do Estado com relação aos questionamentos feitos ao Governo e quase sempre não recebem resposta; a questão das cantinas escolares, questão do retorno às aulas presenciais. A Presidente fala que sequer foi convidada para participar da discussão de retorno às aulas. Pode-se relatar a indiferença com que o Governo vem se manifestando com relação ao CAE, fala também sobre a ausência das nutricionistas, passou-se um ano sem solução. Fala sobre a morosidade com que a Secretaria de Estado de Educação tem respondido aos questionamentos do CAE. Fala também sobre a liberação de recursos para que os conselheiros cumpram seu papel nas visitas às escolas, e que por diversas vezes viajou para as visitas com recursos próprios, fazendo assim, para receber depois da volta das viagens. A Presidente dá oportunidade para que os conselheiros falem. A conselheira Flávia fala que os gestores não foram ouvidos, diz que é muito importante que todas as discussões que envolvessem as escolas deveriam ter um representante para opinar e saber o que está sendo decidido. No papel aceita tudo. Acha que falta escutar o lado da escola. A conselheira Maria Helena fala sobre a situação da volta às aulas não tem condição alguma, como colocar 35.

40 alunos numa sala de aula. Diz que não tem nada normal. Que por enquanto a volta às aulas está protegida por liminar do MP e que as escolas estaduais não têm condições físicas de receber os alunos e os colocar em segurança, já que a maioria não tem acesso nem a pias para lavar as mãos no pátio, e que os banheiros são precários. Fala que foi feito um levantamento com os pais e a maioria não se sentem seguros para enviar os seus filhos à escola sem a vacina. Diz ainda que as escolas não têm ASBs em quantidade suficiente para dar suporte os alunos e servidores. Sobre os Kits Alimentação, se gerou foi problemas para as escolas e pais de alunos, devido à dificuldade que se criou na busca dos mesmos. Falou ainda sobre o problema das Diárias quando precisa resolver uma visita, o dinheiro não é repassado com antecedência e não acha justo ter que usar o dinheiro pessoal para questões do Conselho. Fala que o CAE não foi ouvido para resolver a questão dos Kits e que a SEE continua não resolvendo as questões, assim, o Conselho precisa participar mais das decisões de Alimentação escolar. E que muitos pais sequer têm condições de pagar internet para seus filhos acessarem as aulas à distância. E muitos não foram buscar o Kit Alimentação pois não têm condições de pagar passagem de ônibus. Fala que os hospitais em Uberaba estão cheios, a pandemia não acabou, é preciso entender isso. Fala que em matéria de Educação, a Pandemia está ganhando, está bem à frente. A Presidente fala que vê uma insegurança muito grande, pois não tem vacina e na Europa os casos de COVID estão voltando. Diz que há um descaso muito grande do Governo em relação ao CAE e aos profissionais da Educação, pois os atores envolvidos diretamente nunca são envolvidos, quando se realiza alguma ação. E mais, que sobre os Kit Alimentação, não é viável se fazer nesse momento, pois não estamos aí para colocar a vida das pessoas em risco. Quanto à questão da alimentação ao estudante, inicialmente, o CAE não foi ouvido. O convidado Fábio diz que é visível a falta de compromisso do estado em relação aos estudantes. O conselheiro Múcio diz que é necessário resolver os principais problemas à medida que forem surgindo e o governo não quer dialogar e que não fizeram nenhuma reforma física para adaptar à nova realidade. O CAE precisa se posicionar como consultor e cobrar do governo uma política para a melhoria do atendimento. Já se passaram 06(seis) meses e nada foi feito, diz que se vê claramente isso nas condições das escolas para se voltar às aulas presenciais, observando as condições das cantinas, cozinhas, refeitórios, pátios escolares, enfim, toda a estrutura física das escolas. A SEE fez um questionário para escolas sobre as condições das mesmas e nem todas responderam. Pergunta quais as condições para se acompanhar a questão da política alimentar? E que pouco se ouve quem está no ambiente escolar. Sugere que orientasse ao Estado, as condições das escolas estaduais. Se a proposta é voltar com um número menor de alunos, pode-se observar o primeiro problema que é o transporte: ineficiente, sem limpeza, sem nenhuma estrutura para locomover os alunos de casa para escola e vice-versa. E os materiais escolares? Passam de mão em mão sem nenhum controle higiênico. E em relação aos recursos para alimentação, é preciso cobrar do Estado as condições das escolas neste momento tão crítico. A conselheira Tannia concorda com o que foi dito pelo conselheiro Múcio. A conselheira Ercivane diz que o Estado precisa se organizar melhor e se adaptar para receber os alunos, já que as escolas não têm condições sanitárias e nem físicas para receber os alunos, os banheiros são irregulares, não tem pias adequadas, os bebedouros são impróprios. E também não tem espaço para manter o distanciamento regulamentado. A Presidente Célia fala que quanto a questão de estrutura sabemos que as escolas terão que passar por adaptações e que o Estado não ouve a ponta. A conselheira Maria Helena diz que as cantinas não têm estrutura para a alimentação adequada para as crianças e que tem escolas que as crianças sentam no chão para se alimentar, isso quando não trocam de prato umas com as outras, outra ideia seria ter intervalos diferentes para atender aos

alunos na hora da alimentação. Pergunta se os Kits continuarão a ser distribuídos. A preocupação é que as escolas não têm amparo para volta às aulas. O Estado precisa se organizar primeiro para receber os alunos. O convidado Fábio disse que o SIND-UTE fez um levantamento, com base no DIEESE que tem escolas que não tem pátios e outras não tem cantinas. E que o governo foi chamado pelo MP, para conversar e dar explicações sobre a Alimentação das escolas às comissões da Assembleia A Presidente continua com as questões que serão tratadas na reunião com a Assembleia Legislativa: **2)** Você sabe se esses problemas já são alvo da atuação de algum órgão governamental, por meio de uma política pública específica? A Presidente diz que não. Apesar de que no início da pandemia, o CAE encaminhou documentos para o Ministério Público e o Governo foi chamado para conversar a respeito dessa questão específica da alimentação. E pergunta à secretária Executiva Janete se esse documento foi para outro órgão, no que a Janete responde que foi encaminhado também para a Assembleia Legislativa. A Presidente então passa para próxima questão: **3)** Dos problema levantados, há questões específicas de alguma região ou município do Estado? Liste a região/município para cada problema. A Presidente Célia fala que nas visitas feitas às escolas, o CAE elabora os relatórios e constantemente se vê obras inacabadas, banheiros sem condições higiênicas para os alunos. Cantinas que são divididas com o depósito de entulhos. Cantinas com Telhados improvisados, sem estrutura de segurança. Áreas enormes onde seriam feitas as cantinas, porém apresentaram problemas estruturais, daí não serve para ser cantina, serve para ser depósito de materiais inservíveis. O governo trata com descaso os problemas físicos e tem diretores que tentam resolver os problemas na medida que pode, e na improvisação. O governo precisa liberar os recursos e sem verba não se pode fazer muito. A conselheira Tânia fala que os alunos quilombolas não tem estrutura e nem internet para ter acesso às aulas virtuais e que os pais não estão tendo acesso aos Centros Urbanos. E para buscar os Kits, muitos pais não têm tido condições, pois muitos moram longe das escolas, e não tem recursos para pagar a condução. A Presidente Célia diz que visitou uma escola em Alvorada de Minas, onde tinham 2(duas) ASB's, e essas iam até o mato para catar lenha, para fazer a alimentação dos alunos. Não havia mesa, apenas uns bancos de madeira para as crianças se sentarem, e essa escola atende principalmente crianças. No lugar que seria a cantina, tinha um telhado caindo, a estrutura estava correndo o risco de desabar. As crianças ficavam correndo risco ali embaixo. Muitas das vezes se faz uma solicitação, mas não se tem resposta, a Presidente continua a falar que numa dessas viagens em conversa com um motorista, o qual disse a ela que já havia ido até uma escola para se fazer vistoria, e o que se viu foi uma escola em ruínas, porém o Governo não tem feito esforços para resolver essa situação. Aí entra a questão do descaso do Governo, pois ele não conhece a realidade do estado e das escolas. Problemas que o Gestor pode resolver ele resolve. E quando é o Estado, ele não resolve, e não se obtém resposta sobre isso. O mais triste é que não se ouve os principais interessados. A Presidente questiona se além da infraestrutura há outra questão. Os conselheiros respondem que e não a Presidente passa então para última questão: **4)** Quais as consequências da pandemia do Covid-19 para o atendimento à população mineira na área das políticas públicas sob responsabilidade do conselho ou entidade que você representa? O conselheiro Múcio diz que na realidade, todas as políticas públicas ficaram comprometidas. Mas o que mais ficou afetado foi a questão da alimentação, os alunos que não têm acesso à alimentação como deveria ser, pois o Kit que está sendo entregue, tem sido dividido com sua família. A alimentação escolar foi a política pública que mais sofreu, pois, muitos alunos têm na alimentação escolar a única alimentação diária que eles têm. A terceira questão é que a alimentação escolar se tornou ineficiente, já que os kits passaram a ser uma alimentação de toda a família. A política social da Alimentação escolar é uma das mais

importantes no Mundo. A conselheira Flávia diz que de fato, a alimentação ficou comprometida, pois já viveu essa realidade em outra escola. Agora não é o caso na escola em que está de Diretora, mas a questão da alimentação ficou sim, comprometida. Informa que no dia 23 de setembro de 2020, fará a distribuição dos Kits, diz que somente 300 pais de alunos dos 869 de manifestaram em pegar o Kit, e desses, muitos às vezes, não comparecerão, fala que serão 10 itens de produtos mais os legumes. Diz que se alguns não buscarem, é uma questão a ser discutida, pois o que fazer com esses Kits que sobram. A Presidente Célia diz que em reunião do Controle Social, o Augusto falou que os Kits que ficassem nas escolas, fossem distribuídos no mês seguinte e que a SEE/MG orientou às SRE's sobre a distribuição, para que essas passassem as orientações para os Gestores Escolares. A conselheira Tatiane fala que ficou decidido para se fazer o levantamento de quem iria querer o Kit, se manifestasse, para não haver desperdício. Diz que o primeiro Kit teve uma dificuldade na entrega, mas a SEE orientou as SREs para reaproveitar a sobra dos primeiros kits no segundo, evitando o desperdício e perda dos alimentos. A conselheira Flávia diz que gostaria que o Kit fosse maior, isso motivaria os responsáveis a buscarem o mesmo. A Presidente Célia pergunta quais dos Conselheiros podem participar da reunião. Alguns conselheiros falam que não receberam o Convite. A conselheira Tatiana sugere que a Presidente Célia participe, já que ela está mais inteirada dos problemas e conhece o assunto. A conselheira Ercivane disse que quer participar, mas ficará mais como ouvinte. A conselheira Luciana se prontifica a participar. A Presidente Célia disse que irá orientá-las de como participar com melhor aproveitamento, passando pelo whatsapp as questões e as respostas que irão discutir. Fica decidido que as conselheiras Célia, Ercivane e Luciana participarão da reunião com outros grupos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião e eu, Janete Gonçalves, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Belo Horizonte, 22 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Thais Ferreira de Alencar Freitas, Conselheiro(a)**, em 30/11/2020, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janete Goncalves, Secretário(a) Executivo(a)**, em 30/11/2020, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Cristina Fernandes de Araujo, Conselheiro(a)**, em 30/11/2020, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tannia Aparecida da Silva Oliveira, Conselheira**, em 30/11/2020, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia de Lima Carvalho, Servidor (a) Público (a)**, em 30/11/2020, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuzete Fátima de Lima, Conselheiro(a)**, em 01/12/2020, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de](#)

[julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Caldeira de Paula Ricardo, Conselheiro(a)**, em 01/12/2020, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Ercivane Aparecida da Silva Brito, Conselheira**, em 02/12/2020, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula do Couto Oliveira Alves, Conselheiro(a)**, em 07/12/2020, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Guimarães Perri Maciel, Conselheiro(a)**, em 08/12/2020, às 23:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena Gabriel, Conselheiro(a)**, em 05/01/2021, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Mucio Alberto Cordeiro Alves, Conselheiro**, em 07/04/2021, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio David de Melo, Conselheiro**, em 08/04/2021, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20453307** e o código CRC **E94F9D2D**.

Referência: Processo nº 1260.01.0062550/2020-02

SEI nº 20453307